

PROJETO DE LEI № 142/2025

"Institui no âmbito do Município de Marabá o "Agosto Lilás", dedicado à conscientização pelo fim da violência contra a mulher, e dá outras providências."

- O **PREFEITO MUNICIPAL DE MARABÁ**, Estado do Pará, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:
- Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Marabá, o mês de agosto como o "Agosto Lilás", a ser dedicado à realização de ações de conscientização, prevenção e combate à violência contra a mulher.
- Art. 2º O "Agosto Lilás" tem como objetivos:
- I Promover atividades educativas e campanhas de esclarecimento sobre as diversas formas de violência contra a mulher, com ênfase na Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006);
- II Incentivar denúncias de agressões e a busca por apoio junto aos órgãos competentes;
- III Estimular a participação da sociedade civil, instituições de ensino, entidades religiosas e demais organizações na luta pelo fim da violência contra a mulher;
- IV Divulgar os canais de atendimento às vítimas, como o **Disque 180** e serviços municipais de apoio.
- Art. 3º As ações do "Agosto Lilás" poderão incluir:
- I Palestras, rodas de conversa, audiências públicas e oficinas educativas em escolas, unidades de saúde, centros comunitários e espaços públicos;
- II Iluminação de prédios públicos com a cor lilás;
- III Distribuição de material informativo e campanhas em redes sociais e veículos de comunicação; IV Parcerias com instituições públicas e privadas, ONGs e coletivos de mulheres.
- **Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo contar com o apoio de parcerias e convênios.
- Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Tiago Koch, 05 de agosto de 2025.



JUSTIFICATIVA

Apresento à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei que institui, no âmbito do Município de Marabá, o "Agosto Lilás", mês dedicado à conscientização pelo fim da violência contra a mulher.

A escolha do mês de agosto se dá em referência à promulgação da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, marco legal no combate à violência doméstica e familiar no Brasil. Passados quase vinte anos de sua criação, a violência contra a mulher continua sendo uma grave violação de direitos humanos e uma realidade alarmante em todas as regiões do país — inclusive em nosso município.

O objetivo do "Agosto Lilás" é promover ações educativas, preventivas e informativas, incentivando o debate público, a disseminação de informações sobre os canais de denúncia e o fortalecimento da rede de proteção às mulheres vítimas de violência. A campanha também visa **romper o silêncio**, fomentar a cultura do respeito e estimular a denúncia como mecanismo de enfrentamento à impunidade.

Este projeto não cria obrigações financeiras diretas ao Poder Executivo, sendo sua execução viável por meio de **parcerias interinstitucionais** e da mobilização das secretarias municipais, sociedade civil organizada, órgãos de justiça e segurança pública, instituições de ensino, meios de comunicação e demais atores sociais comprometidos com a defesa dos direitos das mulheres.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto, reafirmando nosso compromisso com a população de Marabá.

Plenário Tiago Koch, 05 de agosto de 2025.



PROJETO DE LEI № 142/2025

"Institui no âmbito do Município de Marabá o "Agosto Lilás", dedicado à conscientização pelo fim da violência contra a mulher, e dá outras providências."

- O **PREFEITO MUNICIPAL DE MARABÁ**, Estado do Pará, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:
- Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Marabá, o mês de agosto como o "Agosto Lilás", a ser dedicado à realização de ações de conscientização, prevenção e combate à violência contra a mulher.
- Art. 2º O "Agosto Lilás" tem como objetivos:
- I Promover atividades educativas e campanhas de esclarecimento sobre as diversas formas de violência contra a mulher, com ênfase na Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006);
- II Incentivar denúncias de agressões e a busca por apoio junto aos órgãos competentes;
- III Estimular a participação da sociedade civil, instituições de ensino, entidades religiosas e demais organizações na luta pelo fim da violência contra a mulher;
- IV Divulgar os canais de atendimento às vítimas, como o **Disque 180** e serviços municipais de apoio.
- Art. 3º As ações do "Agosto Lilás" poderão incluir:
- I Palestras, rodas de conversa, audiências públicas e oficinas educativas em escolas, unidades de saúde, centros comunitários e espaços públicos;
- II Iluminação de prédios públicos com a cor lilás;
- III Distribuição de material informativo e campanhas em redes sociais e veículos de comunicação; IV Parcerias com instituições públicas e privadas, ONGs e coletivos de mulheres.
- **Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo contar com o apoio de parcerias e convênios.
- Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Tiago Koch, 05 de agosto de 2025.



JUSTIFICATIVA

Apresento à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei que institui, no âmbito do Município de Marabá, o "Agosto Lilás", mês dedicado à conscientização pelo fim da violência contra a mulher.

A escolha do mês de agosto se dá em referência à promulgação da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, marco legal no combate à violência doméstica e familiar no Brasil. Passados quase vinte anos de sua criação, a violência contra a mulher continua sendo uma grave violação de direitos humanos e uma realidade alarmante em todas as regiões do país — inclusive em nosso município.

O objetivo do "Agosto Lilás" é promover ações educativas, preventivas e informativas, incentivando o debate público, a disseminação de informações sobre os canais de denúncia e o fortalecimento da rede de proteção às mulheres vítimas de violência. A campanha também visa **romper o silêncio**, fomentar a cultura do respeito e estimular a denúncia como mecanismo de enfrentamento à impunidade.

Este projeto não cria obrigações financeiras diretas ao Poder Executivo, sendo sua execução viável por meio de **parcerias interinstitucionais** e da mobilização das secretarias municipais, sociedade civil organizada, órgãos de justiça e segurança pública, instituições de ensino, meios de comunicação e demais atores sociais comprometidos com a defesa dos direitos das mulheres.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto, reafirmando nosso compromisso com a população de Marabá.

Plenário Tiago Koch, 05 de agosto de 2025.